

MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL E A CONQUISTA DAS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

1. UNICAMP – PÚBLICA, DESDE O PASSADO AUTORITÁRIO NO BRASIL, ATÉ HOJE

Em 2018 a Universidade de Campinas (UNICAMP) foi avaliada pela revista britânica "Times Higher Education" como a melhor Universidade da América Latina, a partir dos indicadores: ambientes de ensino e pesquisa; reputação da instituição; número de alunos por professor; e impacto da produção acadêmica. A Unicamp, também apontada como a 11ª melhor universidade do planeta com menos de 50 anos pelo "QS World University Rankings 2018", produz algo entre 12 e 15%⁰⁵ da produção científica do país⁰⁶ e é a instituição de pesquisa que mais produz patentes, estando atrás apenas da Petrobras. Foi fundada com o objetivo de ser uma instituição voltada à pesquisa, o que explica a elevada proporção de cursos e estudantes na pós-graduação. A Unicamp conta atualmente com 66 cursos de graduação (19.869 alunos) e 158 cursos de pós-graduação (17.662 alunos)⁰⁷.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial na região de Campinas, no começo da década de 1960 o governo do Estado de São Paulo construiu um projeto de Universidade com foco em pesquisa e, diferentemente do que ocorrera na construção de diversas outras universidades pelo país, a Unicamp não seria apenas uma agregação de centros de pesquisas já existentes, mas sim um polo de produção de

e o resultado obtido.

Palavras chave: mobilização estudantil, ações afirmativas, UNICAMP

Abstract: The present article aims to describe and characterize the student mobilization which occurred in the Unicamp's Economic Institute, on 2016, protesting in favor of the implementation of affirmative actions in the post-graduation. From a methodological point of view, the present work is divided in two parts: 1) firstly, the article contextualizes the student mobilization, summarizing the recent history of the Campinas State University (UNICAMP), focusing on the increase of its enrolled students, its budgetary issues and the ongoing attacks which the public universities are suffering from; 2) secondly, it is described how the student mobilization came to happen, its main objectives and results.

Keywords: student mobilization, affirmative actions, UNICAMP

Tomás Rigoletto Pernías⁰¹
Euzébio Jorge Silveira de Sousa⁰²
Carolina Michelman⁰³
Barbara Vallejos Vazquez⁰⁴

Resumo: O presente artigo tem por objetivo descrever e caracterizar a mobilização estudantil ocorrida no Instituto de Economia da Unicamp, em 2016, em favor da implementação de ações afirmativas na pós-graduação. Do ponto de vista metodológico, o artigo está dividido em duas partes: 1) num primeiro momento, o texto contextualiza a greve estudantil, ao trazer uma síntese da história recente da Universidade Estadual de Campinas, focando em seu projeto de ampliação de matrículas, suas limitações orçamentárias e os ataques que as Universidades Públicas vem sofrendo; 2) na segunda parte, descreve-se como se deu a construção da mobilização estudantil, seus objetivos



01 Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Tomasrip25@hotmail.com

02 Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. euzebiojorge@gmail.com

03 Aluna da graduação do Instituto de Economia da UNICAMP. carolp.michelman@gmail.com

04 Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP. É técnica do Dieese e professora da Escola Dieese de Ciências do Trabalho.

05 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1703200207.htm>

06 <http://www.unicamp.br/unicamp/universidade>

07 https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2018/filipeta2018_port.pdf



COTAS RACIAIS NA UNICAMP

co-

nhe-
cimento
que possi-
bilitaria a im-
plementação de
articulados centros
de pesquisa, a fim de im-
plementar um projeto claro
de desenvolvimento regional.

A ampliação da renda e o alar-
gamento da classe média paulista, fruto do
processo de industrialização do país, deman-
dava força de trabalho qualificada tanto para
indústria quanto para o setor de serviços, o
que convergia com o projeto de expansão da
universidade no interior do Estado. Em 1976 a
Unicamp já contava com "sete institutos, seis fa-
culdades, dois colégios técnicos e dez unidades
de serviços; cursos de graduação, de pós-gra-
duação, de especialização e aperfeiçoamento e
de extensão", o que possibilitou uma relevante
expansão, mas que cominou em uma crise no
final da década de 1970.

Du-

rante o regime Militar muitos foram os conflitos
entre a comunidade acadêmica e os dirigentes
da universidade indicados pela ditadura militar.
Um episódio relevante, que retrata a capacida-
de da universidade se opor ao regime militar, foi
a greve construída por funcionários, estudantes
e professores após uma intervenção da ditadura
nos fóruns de decisão da Universidade em 1981.
A greve durou até abril do ano seguinte, quando
o regime recuou da intervenção, e as ativida-
des foram retomadas. Na década de 1980, fruto
também desta emblemática greve, foi criado o

Con-
selho
Un i -
versitário
- que garantiu
a manutenção da
autonomia universitá-
ria -, e foram construídas as
primeiras unidades de moradias
estudantis e o vestibular foi reformulado.

Na década de 1990, a Unicamp ampliou
o número de vagas utilizando a infraestrutura
e salas ociosas, sobretudo abrindo cursos no-
turnos para atender também jovens de baixa
renda que precisavam conciliar trabalho e
estudo. Porém, enquanto as vagas oferecidas
à graduação e a pós-graduação cresceram res-
pectivamente 73% e 65% entre 1998 e 2004,
a dotação orçamentária decresceu 8%, o re-
passe orçamentário à Unicamp concedido pelo
tesouro do Estado de SP caiu 3% e o número
de vagas na moradia reduziu 9% no mesmo pe-
ríodo - apontando para um descompasso entre

os avanços na ampliação do acesso ao ensino superior e a ampliação do financiamento.

O quadro da última década não se difere do verificado nos anos 1990. Entre 2008 e 2017 o número de estudantes se amplia em 22% na graduação e 20% na pós-graduação. Um dado de grande relevância foi a ampliação de 19,3 pontos percentuais na proporção de estudantes de escolas públicas no mesmo período, partindo de 29,9% em 2009, chegando em 49,2% em 2017. No entanto, o quadro também se repete no tocante ao declínio da receita da Universidade, dado que entre 2010 e 2017 a liberação financeira do tesouro do Estado reduziu 5%, ou seja, mesmo com a ampliação das vagas na graduação, na pós-graduação e com a ampliação da proporção de estudantes oriundos de escolas públicas, que demandariam ampliação de recursos para assistência estudantil, cai o investimento público na universidade. A insuficiência de recursos para a permanência estudantil ajuda a explicar o fato de que mesmo com a ampliação em 22% no número de vagas na graduação entre 2009 e 2017, houve uma redução de 6% no número de concluintes no mesmo período.

Enquanto o número de matrícula de mestrandos e doutorandos cresceu 25% e 9,5%, respectivamente, entre os anos de 2008 e 2017, o número de bolsas de mestrado FAPESP decresceu 55% e de Doutorado caiu 12%. Ainda que as bolsas CAPES tenham compensado a redução de bolsas FAPESP, fica evidente a acentuada redução de investimentos em assistência estudantil na pós-graduação por parte da agência de fomento estadual, em um cenário de aumento de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado. Ao se ampliar o acesso à universidade, mas ao mesmo tempo reduzindo os dispositivos de permanência estudantil, ampliam-se as tensões e os conflitos na Universidade.

É possível que a ausência de suporte orçamentário para manter a expansão da universidade explique o tipo de curso de extensão que estão sendo ofertados. Entre 2010 e 2017 o número de alunos em cursos de extensão cresceu 58,9%, atingindo em 2017 11.474 alunos, e o número de cursos de extensão cresceu 26,8%, chegando a 1.372 cursos. Em 2017 a Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC) foi a unidade que ofereceu cursos de extensão para o maior número de estudantes,

chegando a 1680 alunos, porém, foi o Instituto de Economia (IE) quem mais arrecadou recursos com estes cursos de extensão, chegando a R\$ 3.654.344,00, que corresponde a 15,8% dos recursos capitados com cursos de extensão na Universidade. Em seguida vieram Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) com 11,91% e Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp (FEC) com 11,53%. Grande parte destes cursos são importantes fontes de receita para os programas que os administram, por vezes gerando questionamentos sobre a legitimidade destes cursos na difusão de conhecimento produzido pela universidade pública.

Mesmo cumprindo sua missão de atingir a excelência acadêmica e levar desenvolvimento econômico e social para a região - ao formar uma força de trabalho de alta qualificação, atraindo empresas como Motorola, IBM, Sollectron, Lucent Technologies para a região, e realizar uma média anual de 940 mil consultas médicas⁰⁸ - consolida-se, por parte da grande imprensa e do governo do estado, a ideia de que a universidade pública é cara demais. A universidade pública tem sido atacada em todo país, em muitas universidades federais de forma ainda mais contundentes que as universidades paulistas. A redução do investimento público no ensino superior é apenas mais uma das formas de agressão que busca eliminar a autonomia universitária, privatizar o ensino superior e, até mesmo, criminalizar dirigentes das universidades não alinhados com a onda conservadora que se acentuou após o golpe de 2016.

Em setembro de 2017, uma operação intitulada de "Operação Ouvidos Moucos" da polícia federal e dirigida por uma delegada que trabalhava na operação Lava Jato⁰⁹, prendeu o reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo e outros sete dirigentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob acusação do desvio de 80 milhões de reais na UFSC. Cancellier de Olivo não era, entretanto, reitor no período investigado e a polícia federal não investigou os reitores anteriores; ademais, nas 817 páginas do relatório final da Polícia Federal sobre o caso, não há provas de envolvimento de Cancellier de Olivo. Após ser proibido de entrar no campus da universidade, Cancellier comete o suicídio, jogando-se do sétimo andar de um shopping na capital. Um ano depois um professor da mes-



ma universidade, Mario de Souza Almeida, faz um discurso em uma cerimônia de formatura questionando a inconsistência do processo que levou o reitor ao suicídio e foi chamado pela polícia federal de Santa Catarina a dar esclarecimentos. Segundo informações do professor ao Jornal Folha de São Paulo, um delegado determinou que ele não deveria voltar a criticar a operação Ouvidos Moucos. Em agosto de 2018 o atual Reitor da UFSC, Ubaldo Cesar Balthazar, e o chefe de gabinete da reitoria, Áureo Mafra de Moraes, foram denunciados à justiça pelo MPF por terem ofendido a "honra funcional" da delegada de polícia da Operação Ouvidos Moucos, em um discurso no ato de posse, quando questionavam a ausência de provas na operação policial que levou o reitor ao suicídio.

No início de 2018 a Universidade Federal de Brasília (UnB) criou uma disciplina chamada "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", a fim de debater de modo interdisciplinar os impactos políticos, econômicos e sociais do Golpe de 2016¹⁰. A reação do governo federal foi desproporcional, atentando contra a autonomia da Universidade e informando que buscava - por meio da AGU, TCU e MPF - dar

08 https://www.aeplan.unicamp.br/anuario/2018/filipeta2018_port.pdf

09 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/outro-professor-da-ufsc-e-intimado-apos-criticar-pf-em-formatura.shtml>

10 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nove-universidades-podem-ter-curso-contra-golpe,70002208858>



entrada em um processo de improbidade administrativa, a fim de barrar a realização da disciplina. O ataque a autonomia da universidade e ao direito de livre pensamento gerou tamanha indignação que outras nove Universidades anunciaram a criação de cursos sobre o Golpe de 2016. Na Unicamp o Curso Livre “O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia” foi construído por professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), com participação de professores de outras unidades. O curso livre obteve mais de 800 inscritos, o que obrigou os organizadores a abrirem novas turmas e a gravarem as exposições a fim de disponibilizar o conteúdo por meios digitais. Em agosto de 2018, o IFCH anunciou que o MPF abriu um inquérito civil público para apurar a legalidade do curso. Medidas semelhantes foram tomadas contra a Universidade Federal de Goiás.

Em suma, o Brasil tem enfrentado um momento de profundo retrocesso civilizatório. O curto período de crescimento econômico, sutil redução das desigualdades no país, ampliação do acesso ao ensino superior e elevação dos salários dos trabalhadores foram suficientes para demonstrar que a pobreza e os privilégios são fatores funcionais na reprodução de nosso subdesenvolvimento, e não obra do acaso ou descuido de incautos. A tendência conservadora se difunde na sociedade brasileira de diferen-

tes formas e dimensões. Na universidade o conservadorismo assumiu a forma de um discurso meritocrático, em contraposição a ampliação do acesso. Quando ficou insustentável a manutenção do cordão que afastava da universidade os negros e os pobres, a universidade passa a ser vista como inapropriada para cumprir sua função social de formar os filhos da elite e produzir o conhecimento que garante a manutenção do Status quo. Ainda que a universidade reproduza os conflitos de classe presentes no restante da sociedade, ela resistiu com memorável resiliência e autonomia às diversas investidas que objetivavam sua desconstrução, da violência da ditadura militar à desesperança do período neoliberal.

2. A GREVE ESTUDANTIL DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP E AS COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Em meados de 2016, o cenário político nacional apresentava grandes obstáculos para os movimentos sociais. Em primeiro lugar, a eleição de Dilma Rousseff, ainda em 2014, não trouxe a agenda econômica esperada por seus eleitores. A adoção de políticas econômicas marcadas pela austeridade fiscal - lideradas por Joaquim Levy no Ministério da Fazenda - contrastaram com as promessas de campanha realizadas pelo Partido dos Trabalhadores. Em segundo lugar, o processo de impeachment deslocou um governo aliado do poder executivo e, em seu lugar, colocou um vice-presidente avesso às concessões políticas que não fossem voltadas a garantir sua permanência no poder. Em terceiro lugar, a forte recessão provocou um violento retrocesso social, à medida que os movimentos sociais se viram forçados a adotar estratégias defensivas, com o objetivo de evitar a perda dos avanços duramente conquistados nos últimos anos.

Se há quem afirme que, ao longo dos anos 2000, o receio de desestabilizar um governo aliado pode ter enfraquecido o ímpeto transformador que move os movimentos sociais, em 2016 a drástica mudança das circunstâncias e da relação de forças exigiu uma unidade política e agilidade de organização que os setores de esquerda falharam em apresentar. É necessário ponderar, todavia, que as manifestações organizadas contra o impeachment foram duramente reprimidas, frequentemente, com excesso de violência pelas forças policiais. O que se observou, a partir de 2015, é uma série de derrotas

sucessivas para o campo progressista, seja no âmbito social, econômico, político e ambiental.

Aqui será analisada uma das tantas iniciativas de resistência ao golpe e ao retrocesso social naquele momento, buscando identificar, passados dois anos, seus limites e potencialidades.

Neste cenário desalentador, se iniciava a paralisação dos alunos do Instituto de Economia da Unicamp, ainda no primeiro semestre de 2016. A paralisação, deliberada pela maioria dos alunos, em conformidade com o regulamento do Centro Acadêmico, foi uma demonstração de força e insatisfação discente contra os cortes promovidos no orçamento da instituição.

A pauta estudantil que se construía naquele momento - tanto no movimento geral, quanto no instituto de economia - tratava da contestação aos cortes orçamentários realizados pelo governo estadual nas universidades estaduais paulistas. Num cenário recessivo, a frustração das receitas públicas já se mostrava preocupante e, como esperado, as universidades públicas não saíram ilesas. Além disso, as discussões acerca da implementação de um teto de gastos para as despesas totais do governo já estavam em formação, fato que conferia urgente necessidade de se manter a paralisação.

Cumprir ressaltar, contudo, que o momento decisivo do movimento grevista, deu-se, justamente no dia seguinte à votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, 17 de abril de 2016. Atônitos frente aos discursos de conteúdo declaradamente retrógrados e desprovidos de espírito público, estudantes, em diversas unidades de ensino, lotaram as assembleias e reuniões. Assim foi em institutos como os de física, medicina, matemática e economia, tradicionalmente menos afeitos à participação em assembleias. No Instituto de Economia, a assembleia realizada naquele dia contou com participação inédita, até então. Surpreendentemente, nas assembleias seguintes, a participação discente seguiu em expansão. A paralisação em conjunto aumentava o poder de negociação estudantil, ao mesmo tempo em que fomentava o espraiamento e a continuação da greve. No Instituto de Economia, ademais, assistiu-se a adesão completa dos cursos de pós-graduação às paralisações, fato igualmente inédito.

É obrigatório lembrar que a luta pela continuidade da paralisação não ocorreu sem conflitos. Os bloqueios às salas de aula, promovidos em função da paralisação,

suscitaram caloroso debate entre os professores e os alunos, de todas as áreas. Momentos de tensão, registrados em câmera, circularam pelas redes sociais, exacerbando a animosidade de ambos os lados.

Se, num primeiro momento, as pautas reivindicatórias dos estudantes do IE se mostravam demasiadamente amplas, intimamente relacionadas ao momento político e econômico vivido então, num segundo momento, a organização estudantil logrou canalizar a insatisfação dos alunos para objetivos específicos, ligados ao próprio Instituto de Economia da Unicamp.

A definição dos rumos da paralisação estudantil foi construída por meio de um diálogo constante, realizado em inúmeras assembleias ao longo da greve. É importante ressaltar que a elaboração de uma pauta específica de negociação foi um resultado tanto da percepção dos alunos da necessidade de se estabelecer objetivos atingíveis, ao alcance das negociações, bem como do aprendizado imediato que se criava. As reivindicações estudantis, por fim, se concen-

taram em torno de dois pontos, em especial: 1) a democratização do acesso ao ensino superior; e 2) o combate ao sucateamento da universidade pública.

É fato notório que existe uma baixa representatividade da população parda e negra no ensino superior da Unicamp. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os pretos e pardos correspondiam a 53,92% da população em 2015. Todavia, essa maioria não é encontrada nas salas de aula do ensino superior da Unicamp. Portanto, um dos pilares da mobilização estudantil no Instituto de Economia da Unicamp se deu em torno da ampliação do acesso à universidade pública, mais especificamente, da pós-graduação.

A luta pela democratização do acesso à pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp – um debate que chegou tarde, digase de passagem – se deu em torno da implementação de ações afirmativas, uma maneira de promover a inclusão socioeconômica de grupos historicamente discriminados. Nas palavras do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação

Afirmativa (GEEMA), sobre o significado das ações afirmativas:

Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.¹¹

Seja por meio de cotas (a reserva de vagas para grupos específicos); bônus (acréscimo de nota); ou ainda pela criação de vagas adicionais, as ações afirmativas reúnem um conjunto de políticas públicas voltadas ao combate de desigualdade sociais, cujo objetivo reside em garantir o acesso de grupos discriminados às posições sociais previamente escolhidas.

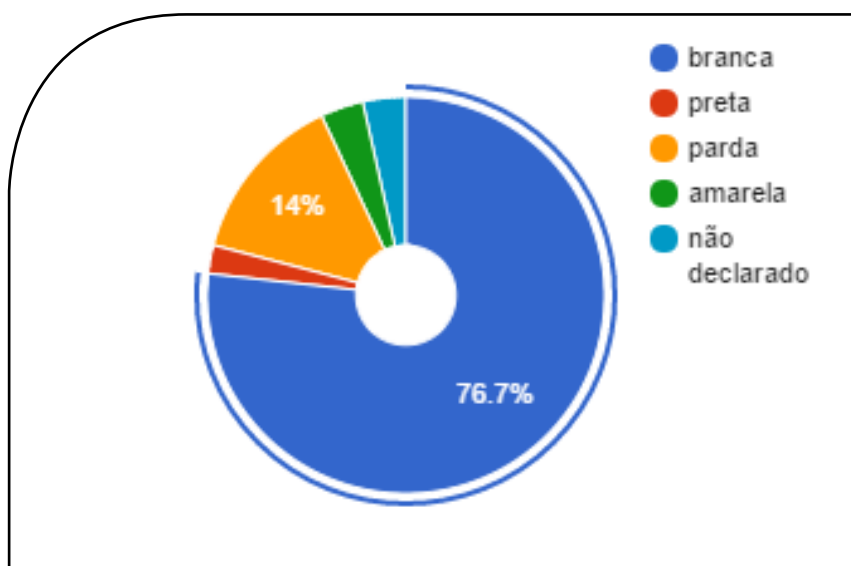


Gráfico 1. Distribuição dos alunos da Pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp, por raça ou cor.

Fonte: gráfico retirado do documento Frente pró Cotas IE. Proposta de Cotas étnico-raciais para programas de Pós-Graduação. 2016.

Conforme o gráfico elaborado pela Frente Pró Cotas, que pode ser encontrado na Proposta de Cotas Étnico-Raciais para Programas de Pós-Graduação – um documento que foi apresenta-

do para a congregação do Instituto de Economia da Unicamp durante a greve discente – é evidente que há um problema com a inclusão de estudantes de pretos e pardos na pós-graduação. Ainda que a proporção de alunos pretos e pardos da Pós-graduação seja maior do que na graduação, os alunos que se auto declaram pretos e pardos não chegam a um quinto do

total, enquanto que os alunos que declaram brancos representam 76,7% do todo. Ou seja: quando comparada com a distribuição da população brasileira por raça e cor, os alunos pretos, pardos e indígenas estão sub-representados na Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp.¹²

Vale lembrar, ademais, que a baixa representatividade dos pretos e pardos não é uma

¹¹ Grupo de Estudos Multidisciplinar de ações afirmativas – GEEMA. O que são ações afirmativas. Disponível em <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em 05/08/2018.

¹² Ver mais em Ver documento: Frente pró Cotas IE. Proposta de Cotas étnico-raciais para programas de Pós-Graduação. 2016.

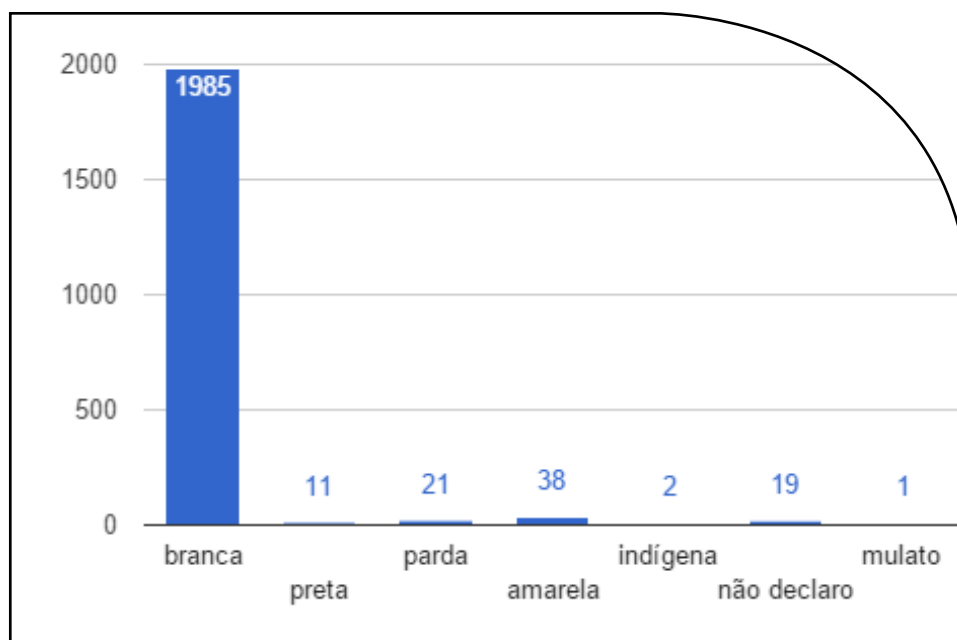


Gráfico 2. Distribuição de docentes da UNICAMP por raça e cor:

exclusividade da graduação ou da pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp, posto que entre os docentes da universidade a situação é ainda mais grave. Ainda conforme as pesquisas realizadas pela Frente Pró Cotas, a exclusão dos pretos e pardos no quadro de professores é assustadora:

Fonte: gráfico retirado do documento Frente pró Cotas IE. Proposta de Cotas étnico-raciais para programas de Pós-Graduação. 2016.

De acordo com o gráfico acima, que apresenta a distribuição de **todos** os docentes da UNICAMP por raça e cor, seria possível encontrar apenas 21 docentes que se auto declaravam pardos e 11 que se declaram pretos. Por outro lado, o levantamento aponta que haviam 1985 docentes que se auto declaravam brancos. Tais informações mostram não somente a necessidade urgente de implementação de ações afirmativas para, no futuro, mudar esse triste quadro de desigualdade; como, ademais, é um indicador das dificuldades de se conseguir a aprovação de ações afirmativas em meio a um quadro de docentes que, historicamente, sempre foi predominantemente branco.

Cumpra reiterar: a mobilização dos alunos foi uma peça fundamental para mudar a correlação de forças e viabilizar a aprovação das cotas da pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp. Ainda que o viés progressista de diversos professores do instituto mencionado tenha corroborado para facilitar o processo de implementação das cotas, foi a mobilização estudantil o fator chave dessa conquista.

3. CONCLUSÃO

A greve na Unicamp de 2016 faz parte do processo de resistência ao golpe e aos retrocessos que ele representava. As cotas raciais surgem como uma bandeira síntese da luta contra a onda conservadora na Unicamp por representar a construção de uma universidade mais democrática e popular, enquanto o golpe e o que ele representa vem ao encontro da redução do financiamento da universidade, exaltação da meritocracia e defesa da privatização das universidades públicas. Merece ser destacado que a onda de retrocessos já se apresenta em sua forma mais concreta e com seus objetivos mais claros, que ficam evidenciados na criminalização da universidade - via ameaças de processos do MPF a fim de ferir a autonomia universitária - e a mais explícita e direta violência de caráter neonazista, como pode ser evidenciado nas emblemáticas pichações de suásticas nazistas na Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp¹³ e nos bilhetes com os mesmos símbolos colocados anonimamente nas janelas das casas da moradia estudantil¹⁴.

Hoje, as cotas nas universidades públicas parecem ganhar cada vez mais adeptos. Cumpra lembrar que até os meios de comunicação mais avessos às pautas progressistas compreenderam a relevância das ações afirmativas. De todo modo, há ainda um longo caminho pela frente para os que sonham com um Brasil mais próspero, justo e igualitário.

A ampliação do rol de ações afirmativas no Instituto de Economia da Unicamp é um passo importante na promoção de uma universidade preocupada com a diversidade de alunos e pluralidade de ideias. Nesse sentido, acreditamos que o Instituto de Economia da UNICAMP, lugar onde se cultiva o pensamento crítico e se procura fomentar um agudo senso de justiça social, tem muito a ganhar com os resultados positivos que virão dessa nova ação afirmativa. Um centro de estudos de economia que se diz parte da vanguarda do pensamento progressista no Brasil não poderia ficar fora desse debate. Felizmente, a mobilização estudantil garantiu que esse debate ocorresse.

A paralisação dos alunos demonstrou que a mobilização popular modifica a relação de forças, ampliando o horizonte de possibilidades para o campo progressista. Infelizmente, em função de suas limitações mais evidentes, a paralisação estudantil falhou em resistir à imposição da austeridade fiscal sobre as universidades públicas. Entretanto, mesmo em uma conjuntura adversa, houve a possibilidade de vitórias, como foi o exemplo da obtenção do sistema de cotas na pós-graduação do Instituto de Economia da Unicamp foi aprovado e implementado a partir de 2018.

É preciso respeitar as vias de representação institucionais e, sempre que possível, aprimorá-las. Entretanto, não se pode esquecer que a mobilização é um motor fundamental do progresso social. Há melhor lição que essa para se aprender numa universidade pública?

¹³ [oglobo.globo.com/sociedade/unicamp-divulga-imagens-de-suspeito-de-pichar-biblioteca-com-suasticas-22985088#ixzz5PRD6yE20](https://www.globo.com/sociedade/unicamp-divulga-imagens-de-suspeito-de-pichar-biblioteca-com-suasticas-22985088#ixzz5PRD6yE20)
¹⁴ <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1364491,apos+pichacoes+bilhete+com+suastica+aparece+na+unicamp.aspx>